

7 Teorias psicológicas: o programa de Grice

Sinopse

H. P. Grice sustentou que uma expressão linguística só tem significado porque é uma *expressão* – não porque “exprime” uma proposição, mas porque, mais genuína e literalmente, exprime uma ideia concreta ou intenção da pessoa que a usa. Grice introduziu a ideia de “significado de quem fala”: aproximadamente, o que quem profere uma dada frase numa ocasião particular tenciona transmitir a um interlocutor. Dado que quem fala nem sempre quer dizer o que as suas frases comumente querem dizer na linguagem, Grice distinguiu este significado de quem fala do próprio significado comum da frase. Ofereceu uma análise elaborada do significado de quem fala em termos das suas intenções, crenças e outros estados psicológicos, e esmerou essa análise à luz de muitas objecções. Concorda-se geralmente que alguma versão da análise tem de estar correcta.

Grice também ofereceu uma análise do significado (comum) de uma frase, o que é mais importante para os nossos propósitos, em termos do significado de quem fala. Neste caso, Grice enfrenta sérias dificuldades, dado haver muitos casos em que o significado das frases se recusa obstinadamente a cooperar com o significado de quem fala. Grice tem uma maneira de ultrapassar tais obstáculos, mas parece verosímil que essa maneira concede demasiado a teorias rivais do significado das frases.

A ideia básica de Grice

Queremos chegar a uma explicação do significado, considerando-o uma característica notável de expressões linguísticas, em particular frases. Mas suponha-se que nos perguntamos o que são afinal realmente as *frases*. São tipos de marcas e ruídos, casos individuais dos quais são produzidos por pessoas em ocasiões particulares e com um propósito. Quando você diz algo, é habitualmente com o propósito de comunicar. Oferece uma opinião, ou expressa um desejo ou uma intenção. E quer produzir um efeito, fazer algo surgir daí.

Assim, poder-se-ia começar como os teorizadores ideacionais e inferir que a base natural real da elocução significadora está no estado mental que a elocução exprime. Claro que já introduzimos a palavra “exprime” como relação designadora entre frases e proposições, mas aqui o termo tem um uso mais concreto e literal: considera-se que as frases particulares são expressivamente produzidas pelas crenças, desejos e outras atitudes posicionais de quem fala.

Grice (1957, 1969) tomou estes factos como base da sua teoria do significado. Pensava que o significado frásico se baseia no mental, e propôs-se explaná-lo em última análi-

se em termos dos estados psicológicos de seres humanos individuais. Podemos ver isto como nada menos do que uma redução do significado linguístico à psicologia.

A força motriz do projecto de Grice era uma noção ligeiramente diferente de significado, que não coincide com a de significado frásico. (É aqui que se afasta crucialmente das teorias ideacionais clássicas.) Eis três exemplos para ilustrar a diferença. Primeiro, recorde-se a frase de Strawson do capítulo 2, “Esta vermelha é muito boa.” Como vimos, o significado dessa frase, tomada em si, não está inteiramente determinado; para o compreender, precisamos de saber para onde está a apontar quem fala. Num contexto, quem fala pode querer dizer que a maçã na sua mão é uma maçã vermelha muito boa, ao passo que outra pessoa numa ocasião diferente pode querer dizer que a terceira carrinha à sua esquerda é uma bela carrinha vermelha.

Segundo, suponha que à semelhança de alguns desgraçados eu acredito incorretamente que a palavra inglesa “*jejune*” quer dizer algo como *inexperiente* ou *pueril*,¹ e digo “A Missa Piccolomini de Mozart é *jejune*, não é um bom Mozart de modo algum,” querendo dizer que a Missa Piccolomini é *inexperiente* e *pueril*. Mas “*jejune*” de facto significa *enfezado e insatisfatório* (deriva da palavra latina para jejum); a frase que proferi significa que a Missa é *enfezada* e *insatisfatória*, coisa que eu consideraria falsa apesar de considerar a Missa *inexperiente* e *pueril*.

Terceiro, considere-se o sarcasmo, como quando alguém diz “Essa ideia foi brilhante,” querendo dizer que a ideia foi muito estúpida. Também aqui temos uma divergência entre o significado da frase proferida e o que a pessoa que fala queria dizer ao proferi-la (pois quem fala quer dizer precisamente o oposto). A conclusão a tirar é que o que alguém quer dizer ao proferir uma dada frase é um tipo de significado ligeiramente diferente do significado da própria frase. Grice chamou-lhe “significado do locutor.”²

Ora bem, regressemos ao projecto redutor de Grice, a explicação do significado frásico em termos psicológicos. Compõe-se de duas fases que é muito importante ver que são diferentes. Na primeira fase,³ Grice tenta reduzir o sentido frásico ao significado do

¹ Não perca o conto de Kingsley Amis sobre esta palavra em *The King’s English* (Londres: HarperCollins, 1998: 118-19). Amis jura ter visto a palavra mal escrita como “*jejeune*” e até pronunciada em pseudofrancês como “*jajane*.” Pensando melhor, não perca também o resto do livro.

² Há uma tendência na bibliografia griciana para presumir que o significado do locutor é único, que uma dada elocução não tem senão um só significado do locutor. Este pressuposto é falso; somos comunicadores complexos e por vezes queremos dizer mais de uma coisa num dado instante ao proferir a frase que proferimos. Talvez eu queira dizer o que a frase quer dizer e também outro significado transmitido. Ou se o leitor for bom a fazer trocadilhos, a sua frase pode ser em si ambígua e o leitor visar os dois significados ao mesmo tempo. Shakespeare queria dizer por vezes qualquer coisa como cinco coisas diferentes numa só elocução.

³ Não surgiu cronologicamente em primeiro lugar, mas foi apresentada por Grice (1968).

locutor. No segundo, tenta reduzir o significado do locutor a um complexo de estados psicológicos que se centram num tipo de intenção.

À primeira vista, a primeira fase é uma ideia plausível. Como Wittgenstein frisou, é muito estranho pensar que as frases têm significados por si mesmas e em abstracto, em vez de pensar que as frases têm significado em virtude do que os locutores fazem com elas. Parece que as expressões linguísticas têm os significados convencionais que têm apenas em virtude das práticas comunicativas humanas, e que as “práticas” comunicativas humanas acabam por ser apenas conjuntos de actos comunicativos de locutores individuais. Grice corrige a expressão “actos comunicativos,” centrando-se no *significado* visado pelos locutores ao usar frases, no sentido de o que os locutores querem dizer ao proferir as frases que proferem e quando as proferem. Para Grice, o significado de uma frase é uma função dos significados individuais dos locutores.

Mas Grice concentrou as suas energias na segunda fase da redução. Que o significado do locutor deve ser explanado em termos de estados mentais e ainda mais plausível do que a primeira fase. Se ao dizer “Era uma ideia brilhante” quero dizer que a ideia do Asdrúbal era muito estúpida, certamente que o significado do locutor é algo psicológico, algo sobre o meu estado mental. Presumivelmente, é uma questão de *intenção comunicativa* da minha parte, do que tenciono transmitir-lhe. Parece que, em geral, os actos comunicativos individuais são uma questão de os locutores terem intenções complexas para produzir vários estados cognitivos, e não só, nos seus interlocutores.

Significado do locutor

Começemos com uma versão plausível e talvez desnecessariamente específica da segunda fase da análise de Grice, desconsiderando algum do trabalho pedestre mais antigo presente no seu artigo original (1957) ou nele inspirado. (Ofereço uma paráfrase e não uma citação directa, para evitar algum do jargão ligeiramente técnico de Grice e algumas complicações.)⁴ Queremos explanar afirmações da forma “Ao proferir *x*, *S* queria dizer que *P*,” como em “Ao proferir “A Missa Piccolomini é *jejeune*,” Lycan queria dizer que a Missa Piccolomini é inexperiente e pueril.” A análise é como se segue:

G1) *S* proferiu *x* com a intenção de *A* formar a crença de que *P* [sendo *A* o interlocutor de *S*, ou a sua audiência]

e

⁴ Em particular, confinemos a discussão a frases declarativas, apesar de Grice ter tido o cuidado de tratar também das imperativas, entre outras.

G2) S tinha também a intenção de que A reconhecesse a intenção original de S [descrita em G1]

e

G3) S tinha ainda a intenção de que A formasse a crença de que P pelo menos parcialmente com base no reconhecimento da sua intenção original.

Assim, no nosso exemplo de Mozart, ao proferir “A Missa Piccolomini é *jejeune*,” eu quero dizer que a Missa é inexperiente e pueril, porque a proferi com a intenção de que você formasse a crença de que a Missa é inexperiente e pueril pelo menos em parte com base no seu reconhecimento de que eu tinha essa mesma intenção.

Como vimos, o núcleo do significado do locutor é uma intenção, mas há outros estados mentais que figuram também na análise, nomeadamente a sua crença futura por mim visada e o estado visado de reconhecimento.

Poder-se-á considerar implausível que um locutor comum possa ter tais intenções complexas, e ainda menos tê-las de cada vez que faz uma asserção. Mas Grice não está a supor que estas intenções comunicativas são conscientes, ou que estão perante a mente. Na verdade, na vida quotidiana as nossas intenções são apenas tácitas, na sua maior parte; só ocasionalmente nos damos conta delas. Assim, você habitualmente diz coisas sem pensar explicitamente acerca disso, e muitas vezes quer transmitir significados de locutor de que não está ciente.

Esta segunda fase da teoria tem estado sob quase constante revisão desde 1969, em resposta a contra-exemplos de vários tipos. Irei passar em revista algumas das objecções e revisões, só para dar uma ideia deste subprojecto.

OBJECÇÃO 1

O significado do locutor não exige de facto uma audiência. Suponha-se que sou dado a solilóquios. Quando tenho um problema, prático ou teórico ou pessoal, examino-o falando alto comigo mesmo na privacidade da minha cave de Batman. Não só não visio qualquer efeito sobre qualquer audiência, como ficaria mortificado se descobrisse que alguém tinha estado a ouvir. Ou considere-se o protagonista George de Paul Ziff (1967: 3-4) e a frase “Cláudio assassinou o meu pai”: num só dia, George pode proferir essa frase primeiro “durante um solilóquio matinal,” uma vez mais “à tarde, ao conversar com Josef,” e outra vez ainda “ao final da tarde, em delírio febril,” e sem ter consciência da audiência que o acompanhava. Contudo, George queria em todas as vezes dizer a mesma coisa com “Cláudio assassinou o meu pai.” Mas a análise de Grice exige não apenas uma audiência mas que

o locutor tenha intenções muito específicas com respeito a essa audiência, e isto é implausível pelo menos nos casos do solilóquio e do delírio.

Grice (1969: secção V) enfrenta os casos de inexistência de audiência. Advoga uma solução em termos de audiências hipotéticas ou contrafactuais: com efeito, o locutor devia visar que, *estivesse* alguém presente na posse de condições perceptuais normais, entre outras condições psicológicas, essa pessoa *formaria* a crença de que *P*.

Preciso eu, como locutor, de visar isto? Talvez, pois quando falo até comigo mesmo tenho de pressupor que o que digo faria sentido para alguém. Por outro lado, vêm à mente outros contra-exemplos potenciais. Suponha-se que cresci numa ilha deserta e que de algum modo inventei sozinho uma linguagem; contudo, nunca formei o conceito de “outro locutor” ou de uma “audiência.” Então não poderia visar fosse o que fosse acerca de uma audiência, nem mesmo contrafactualmente. Mas este é um caso muitíssimo controverso, dado que muitos filósofos negaram que me seria até remotamente possível inventar a minha própria linguagem sem ter formado o conceito de locutores e audiências.

OBJECÇÃO 2

Mesmo quando há efectivamente uma audiência, o locutor pode querer dizer algo, e no entanto não visar produzir crença por meio do reconhecimento da intenção; os requisitos G3 e até G2 podem ser excessivamente fortes. Ou o locutor pode nem visar produzir a crença de modo algum, dado a sua audiência *já* ter essa crença e o locutor saber disso.

Eis um exemplo do primeiro tipo de caso. *Conclusão do argumento*: oferece-se um argumento, apresentando talvez uma demonstração de um teorema da geometria. Certamente que se visa o significado do locutor da conclusão do argumento, mas não se tem em vista que a nossa audiência chegue a essa conclusão nem sequer parcialmente com base no reconhecimento da nossa intenção original. Pode-se ter a firme intenção de que não o faça, mas antes que forme a crença com base apenas no mérito do argumento.

Schiffer (1972: 79-80) aborda os casos de (alegada) inexistência de audiência, e também a *conclusão do argumento*, estipulando que o locutor é a sua própria audiência. (Pessoalmente, não posso desconsiderar isto por ser caprichoso, dado que já disseram que profiro coisas muitas vezes pela simples gratificação de me ouvir falar.)⁵ Esta jogada poderia funcionar, mas para casos do segundo tipo. Um exemplo disto é o exemplo do *examinando*: um aluno que correctamente responde a uma questão num exame quer dizer, por exemplo, que a Batalha de Waterloo ocorreu em 1815, mas não visa *induzir* essa crença no examinador ou examinadores.

⁵ Pois disseram. É inacreditável.

Grice faz essencialmente duas revisões em resposta a estes contra-exemplos e a variadíssimos outros. Primeiro, sugere a invocação do conceito de crença “activada”: apesar de alguns membros da audiência já acreditarem no que o locutor tem em mente, as suas crenças podem não ser inteiramente conscientes nem estar psicologicamente activas, ou podem não ser conscientes de todo em todo. Se tornarmos G1 mais robusto, o requisito de que se visa que a audiência acredite que *P*, passando a ser o requisito de que *S* visa produzir uma crença *activada* em *A*, isso pode dar conta (ainda que de uma maneira não muito natural) do caso do *examinando*; mas sai-se melhor em alguns dos outros casos.

A segunda revisão de Grice consiste também em corrigir G1, desta vez substituindo-o pela condição mais fraca de que se vise que a audiência acredite apenas que *o locutor* acredita que *P*. (Enfraquecer G1 desta maneira é compatível com o seu fortalecimento de modo a exigir crença activada.)

Esta segunda revisão parece razoável. Como afirma Grice, dá rapidamente conta do *examinando*. E não é implausível. Dizer algo e visar dizê-lo, poderíamos sustentar, *não é senão* exprimir uma crença, tendo habitualmente a esperança, se bem que nem sempre, ou visando ou tendo a expectativa, que a nossa audiência passará a partilhar a crença. (Quando informamos as pessoas de coisas dizendo-lhes isso, temos normalmente a expectativa que esse informar funcione em termos do que os lógicos informais chamam “autoridade”: os nossos ouvintes confiam no que estamos a dizer e acreditam nisso porque nós acreditamos.)

Contudo, Grice concede e Schiffer salienta (p. 43) que o caso da *conclusão do argumento* não se resolve com a primeira nem com a segunda revisão. Mais em geral, nem todos os casos de comunicação são bem-sucedidos *em virtude de* a audiência acreditar no locutor. Recordemos a demonstração de geometria. Para dar um exemplo mais familiar, o próprio Grice comunicou-nos a sua teoria do significado, mas não em virtude de ter visado que a aceitássemos com base no que ele diz. É verdade que passámos a acreditar que Grice acredita na sua teoria do significado, de modo que a nova versão enfraquecida de G1 é satisfeita; mas isso não nos ajuda neste caso. (Não podemos sequer pressupor realmente que Grice acredita na teoria; receio bem que os filósofos estão sempre a escrever artigos defendendo perspectivas em que na realidade não acreditam.)

E quanto à resposta de Schiffer ao caso *conclusão do argumento*, afirmando que o locutor é a sua própria audiência? Penso que há ainda contra-exemplos do mesmo tipo. Suponha-se que apresento uma segunda demonstração do meu teorema quando a primeira está ainda no quadro. Não induzo uma crença em mim, nem sequer activo uma crença a que já tinha em silêncio. Eis outro exemplo: suponha-se que dois filósofos estão a fazer uma festa de afeição pela perspectiva da referência directa quanto aos nomes próprios. Enquanto dançam em círculo gritam alegremente um ao outro, vezes e vezes sem conta: “Os nomes só referem!” Estão ambos num estado de crença completamente activada na

verdade desta asserção dúbia, e sabem que o outro também o está; e por isso nenhum deles pode ter a intenção de produzir ou activar a crença no outro. No entanto, certamente querem dizer que os nomes próprios só referem, quando fazem aquela elocução; não é um cântico sem sentido.

Há outras jogadas possíveis,⁶ mas deixarei a objecção 2 neste ponto.

As primeiras duas objecções visam mostrar que a análise de Grice é demasiado exigente. As próximas duas procuram mostrar que noutros aspectos a análise não é suficientemente exigente.

OBJECÇÃO 3

Ao ser admitido no exército, George é obrigado a fazer um teste destinado a estabelecer a sanidade. George é conhecido por ser um académico irritável. O teste que lhe dão seria apropriado para atrasados mentais. Uma das perguntas é “O que diria se lhe perguntasse para se identificar?” George responde ao oficial que lhe faz a pergunta proferindo “Ugh blugh blugh ugh blugh”.

(Ziff 1967: 2)

George visa mostrar o seu desprezo, e pretende que o oficial reconheça o seu desprezo com base no reconhecimento da sua intenção de o mostrar. Mas, apesar de as condições de Grice serem satisfeitas, George nada queria dizer em qualquer sentido *linguístico* (apesar de se poder correctamente salientar que há um sentido mais lato de “comunicação” que a análise de Grice parece ainda assim captar.)⁷

OBJECÇÃO 4

Durante a segunda guerra mundial um soldado americano foi capturado por tropas italianas. Ele quer que os italianos o libertem, convencendo-os de que é um oficial alemão. Mas

⁶ Uma resposta possível, que o falecido Wendy Nankas me sugeriu, é falar não apenas de activação, mas de *reforço*.

⁷ O caso de Ziff é fortemente similar ao exemplo dos parafusos e orelhas de J. O. Urmson, que Grice discute (1969: 152-3). Em resposta, Grice ofereceu o que chama “Redefinição I”; mas eu nunca vi como é exactamente que essa redefinição excluiria supostamente este tipo de contra-exemplo. Há um conjunto de exemplos inicialmente conversacionais, de Dennis Stampe, Stephen Schiffer e P. F. Strawson, e que envolve logro e tentativa de antecipação de um certo tipo. A versão de Stampe foi a primeira a que Grice respondeu (1969). Os contra-exemplos e respostas conduziram a uma regressão indefinida de casos particularmente convolutos e revisões da análise. Duvido que o leitor me agradecesse se o arrastasse só pelo segundo exemplo da regressão. (Poderia até tentar devolver este livro e reaver uma fracção do seu dinheiro.) Por isso nem o primeiro irei expor.

não sabe alemão nem italiano. Com a esperança de que os seus captos também não saibam alemão, “tenta, digamos, montar uma fantasia em que lhes diz que é um oficial alemão,” ladrando oficiosamente a única frase alemã que conhece, uma linha de poesia que aprendeu na escola: “*Kennst du das Land wo die Zitronen blühen?*” (“Conheces a terra onde os limoeiros florescem?”)⁸ (Searle 1965: 229-30).

Neste caso, o soldado preferiu a sua frase visando fazer os italianos acreditar que ele é um oficial alemão; visava além disso que eles reconhecessem a sua intenção original; e ainda visava também que formasse a crença falsa em parte com base no reconhecimento da sua intenção. Mas não parece que ao dizer “*Kennst du das Land...*” ele diga que é um oficial alemão.

Grice responde exigindo que se vise que a audiência acredite haver um “modo de correlação” entre as características da elocução e o tipo de crença visado. Schiffer (1972) faz uma jogada diferente, em termos da sua noção técnica de “conhecimento* mútuo.” Parece melhor não avançar nestes esoterismos por agora.

Gricianos determinados como Schiffer (1972) e Avramides (1989) exibiram uma audácia e perícia extraordinárias, mudando a perspectiva original de Grice de modo a acomodar todos os casos problemáticos anteriores e outros ainda, resultando daí que apesar da profusão de objecções uma versão complicada (!) continua a ser credível. E concorda-se geralmente que o significado do locutor tem de *algum* modo ser uma questão de intenções e outros estados mentais do locutor. Mas agora temos de voltar à primeira fase do programa gricano: a redução do significado frásico ao significado do locutor.

Significado frásico

Depois de ler a secção anterior poderá ser surpreendente que a construção de Grice (1968) do significado frásico a partir do significado do locutor é elaborada e cheia de pormenores delicados. Ao invés de nos deitarmos a eles, começarei por revelar alguns obstáculos. Depois farei apenas um esboço do modo ou modos como Grice tenta ultrapassá-los.

Seria natural começar por supor que uma dada frase portuguesa significa que *P* apenas no sentido em que quando quem fala português profere essa frase, o significado do locutor é sempre (ou pelo menos normalmente) que *P*. Mas eis os problemas.

OBSTÁCULO 1

Ziff (1967) ofereceu os seguintes dois exemplos:

⁸ Trata-se da linha de abertura da letra de uma canção que surge no romance *Wilhelm Meisters Lehrjahre* (1795-6), de Goethe, livro 3, capítulo 1.

George sofreu uma intervenção na cabeça: inseriram-se eléctrodos, montaram-se placas, e assim por diante. O efeito foi curioso: quando lhe perguntavam como se sentia, George respondia proferindo [...] “Glyting elly beleg”. O que ele queria dizer, disse-nos mais tarde, era que se sentia bem. Disse que, na altura, acreditava de algum modo que [“Glyting elly beleg”] e “Sinto-me bem” eram sinónimas e que toda a gente o sabia.

(pp. 4-5; a esta altura já se viu que George tem uma vida mais interessante do que a sua ou a minha)

Subitamente, um homem gritou “Gleeg gleeg gleeg!”, visando com isso produzir um certo efeito numa audiência por meio do reconhecimento da sua intenção. Queria fazer a sua audiência crer que estava a nevar no Tibete. Claro que não produziu o efeito visado dado ninguém reconhecer qual era a sua intenção. Contudo, que ele tinha tido tal intenção tornou-se claro. Sendo declarado louco, foi entregue a um psiquiatra. Queixou-se então ao psiquiatra que quando gritava “Gleeg gleeg gleeg!” tinha tal intenção mas que ninguém a reconhecia, o que era uma loucura da parte deles.

(p. 5)

No texto, não é claro se Ziff toma estes casos como contra-exemplos à análise de Grice do significado do locutor. Mas não é assim que o entendo e não os tomo desse modo. Parece-me que, no seu estado alterado, George queria dizer que se sentia bem; e o louco queria desvairadamente dizer que estava a nevar no Tibete. Ao invés, penso que o que está em causa é que se a teoria de Grice estiver correcta, então o significado do locutor é demasiado barato: dado um estado mental adequadamente desordenado, qualquer locutor pode querer dizer absolutamente qualquer coisa com qualquer sequência de ruídos que se dê o caso de proferir. Se a análise de Grice do significado do locutor estiver correcta, então tanto pior para a primeira fase do seu projecto, pois nesse caso não haverá restrições formais quanto ao que os locutores *poderiam* querer dizer com qualquer frases que profiram, havendo apenas estatísticas sobre quão frequentemente querem dizer isto ou aquilo.

Na vida real, o significado do locutor não é assim tão fácil de obter, por duas razões. a) A maior parte das pessoas não estão desvairadas à maneira dos pacientes de Ziff. E, o que é muito mais importante, b) as frases portuguesas têm os significados que têm realmente, e não podem pura e simplesmente significar seja o que for que se queira. A menos que eu esteja estranhamente enganado quanto ao significado da própria palavra, ou a menos que se trate de uma situação mais elaborada, não posso dizer “Está frio” e querer com isso dizer “Está calor.” (O exemplo é de Wittgenstein.) Posso estar a ser sarcástico, é claro. Mas não posso querer perfeitamente dizer “Aluguei o vídeo *Agnes de*

Deus,” ou “Os porcos têm asas.” O significado prévio de uma frase controla em parte o que um locutor pode querer dizer com ela num dado contexto.

A razão b é mais um problema para a primeira fase de Grice, pois para que o significado frásico seja inteiramente analisado em termos de significado do locutor, não devemos ter de ver o significado frásico como algo que delimita possíveis significados de locutor. (Talvez “não devemos” seja demasiado forte. Não há neste caso uma circularidade óbvia; e é certamente possível que um constructo especial baseado no significado do locutor possa delimitar o significado do locutor em geral. Mas o gricano terá de explicar por que razão isto ocorre de modo tão robusto.)

OBSTÁCULO 2

A maior parte das frases dotadas de significado de uma linguagem nunca são proferidas. Logo, nunca alguém alguma vez quis dizer algo com elas. Logo, dificilmente os seus significados podem ser determinados pelo que os locutores (normalmente, tipicamente, e assim por diante) querem dizer com elas (Platts 1979: 89).

Não adianta muito, apesar de ser tentador, apelar ao que os locutores *teriam querido* dizer com as frases improferidas caso as tivessem proferido. Para começar, a esmagadora maioria são frases que os locutores *nunca teriam* proferido. Mesmo no caso de uma frase que os locutores poderiam ter proferido apesar de não o terem feito, o único terreno firme que temos quanto ao que os locutores teriam querido dizer ao proferi-la é o que já sabemos que essa frase significa.

OBSTÁCULO 3

Frases novas outra vez. Mesmo quando uma frase é efectivamente proferida, pode ser fantásticamente nova, e no entanto é instantaneamente entendida pela audiência. Mas se é nova, então não há qualquer facto pré-estabelecido (como antes, independentemente do que sabemos que a frase em si significa) do que os locutores normalmente querem dizer ou queriam normalmente dizer com tal frase. E note-se que o primeiro uso novo pode ser a) igualmente o último e b) *não ser em si literal*. (Estou bastante certo que a seguinte frase nunca foi proferida antes, ainda que possa sê-lo de novo: “O presidente da Corporação Filosófica dos EUA, que saiu finalmente da prisão e com a celeridade de uma águia se dirige para o nosso aviário, irá partilhar connosco as riquezas do seu espírito amanhã às 15 horas.” Em casos como este, apesar de a frase ter sido proferida, ninguém quererá efectivamente dizer o que ela literalmente diz.)

Blackburn (1984: cap. 4) salienta que, nas circunstâncias certas, uma dada frase pode ser proferida com praticamente qualquer intenção e certamente que *sem* a intenção de exhibir a nossa verdadeira crença. (Blackburn esboça a ideia alternativa de que uma frase *F* significa *P* quando há uma regularidade convencional ou a consequência de uma

regularidade convencional que permite considerar que quem profere *F* com força assertiva manifesta que *P*, tratando-se esta permissão de um facto social que ocorre independentemente de quaisquer intenções particulares do locutor. Esta ideia é interessante, e exige muita expansão das noções de “permitir,” “considerar” e “manifestar,” mas não é uma ideia griciana, pois separa conscientemente o significado frásico das intenções comunicativas do locutor.)

OBSTÁCULO 4

Não é apenas anormalmente mas antes *frequentemente* que se usa frases com outros significados que não os literais. Mesmo negligenciando o sarcasmo e outras formas de actos de fala indirectos (falaremos mais dessas coisas no capítulo 13), o uso figurativo é muito prevalecente (falaremos mais *disso* no capítulo 14). Se Grice quer dizer que o significado de uma frase em si é o que os locutores “normalmente” querem dizer ao proferi-la, terá então de dizer o que quer dizer “normalmente” à parte o significado comum da frase, e terá também de nos dar uma motivação para aceitar essa tese.

E as coisas ficam ainda piores. Há códigos privados em que uma dada frase *nunca* é usada com o seu significado literal. O sinal japonês para o ataque aéreo de 1941 a Pearl Harbor foi (a expressão japonesa que se traduz como) “Vento de leste, chuva,” que, tanto quanto sei, nunca foi usada para significar outra coisa que não “Está na hora de bombardear Pearl Harbor.” E mesmo à parte os códigos privados, na vida quotidiana há muitas frases que são normalmente proferidas com significados que não os literais, e talvez nunca sejam proferidas com esses significados literais. (“Vais tirar o pai da força?” “Pode dizer-me as horas?” “O Jorge e a Marta enterraram o machado de guerra.” “Negócio é negócio.”) E há toda a questão da metáfora, apesar de o próprio Grice a conceber, como veremos no capítulo 13, como uma espécie do que ele chamou “implicatura conversacional.”

Esboçemos agora a redução de Grice do significado frásico ao significado do locutor, e vejamos como ele poderia ter abordado os obstáculos 1-4, caso tivesse inteiramente ciente deles.⁹

Grice concentra-se primeiro na noção estrita de significado frásico *para um indivíduo particular*, ou seja, o significado que a frase tem no discurso pessoal e distinto desse indivíduo, o seu *idiolecto*. (Nenhuns dois idiolectos de locutores lusófonos são exactamente idênticos.) E restringe ainda mais o seu alvo inicial, distinguindo elocuições *estruturadas* de *inestruturadas*. Uma elocução estruturada tem partes com significado, como palavras individuais, que contribuem para o significado geral da elocução; qualquer frase declarati-

⁹ Schiffer (1972: capítulos 5-6) enveredou por um método diferente, usando a teoria das convenções de Lewis.

va de português é um exemplo disto, dado conter palavras que têm significado por si mesmas e dado significar o que significa em virtude de essas palavras significarem o que significam. Uma elocução inestruturada é uma expressão única, como “Ui,” ou um gesto iverbal, como um gesto indicador que significa “Por aqui,” cujo significado não é composicional nesse sentido. (Note-se que Grice usa o termo “elocução” de maneira muito lata, incluindo actos comunicativos iverbais.)

Depois de alguns recuos e acrescentos, Grice levanta a hipótese de que x [uma expressão inestruturada] significa que P no idiolecto de S , se, e só se (aproximadamente), S tem no seu repertório o seguinte procedimento: proferir x se, para alguma audiência A , S visa que A creia que S crê que P . (Esta última cláusula é uma versão simplificada de “ S visa o significado do locutor de que P ”; Grice argumenta que neste caso a simplificação é inocente.)

De seguida Grice expande a sua análise para abranger o significado da elocução para um grupo de locutores: x [inestruturada] significa que P para o grupo G se, e só se, a) muitos membros de G têm nos seus repertórios o procedimento de proferir x se, para alguma A , querem que A creia que eles crêem que P ; e b) este procedimento é condicionalmente mantido por eles sob o pressuposto de que pelo menos alguns outros membros de G têm o mesmo procedimento nos seus repertórios.

O que supostamente ultrapassa o obstáculo 1, penso, é a combinação de a e b; que o procedimento relevante esteja disseminado na comunidade e que os membros individuais da comunidade estejam a contar com os outros membros para o manter também. Isto parece perfeitamente correcto.

Mas agora o difícil é ir da análise do significado de elocuições inestruturadas para o significado frásico comum, dado que as frases portuguesas comuns são todas estruturadas. Grice introduz a noção de um procedimento “resultante.” Neste ponto, o artigo de Grice torna-se denso e obscuro, mas penso que a ideia é a seguinte: tal como as frases portuguesas são constituídas de partes mais pequenas dotadas de significado — palavras e expressões — em virtude das quais as frases completas significam o que significam, um locutor individual terá no seu repertório um “procedimento resultante” complexo e abstracto constituído pelos procedimentos concretos anexados às suas respectivas partes compostas. Assim, o significado de uma frase não será directamente uma função do significado do locutor, mas antes uma função dos significados individuais das elocuições das suas partes últimas. Só então será invocada a ideia nuclear de Grice, e (crucialmente) a sua análise do significado da elocução para um grupo, como explicação dos significados de elocução das partes.

Sublinho “procedimentos resultantes *abstractos*” porque pouquíssimos desses procedimentos “abstractos” alguma vez ocorrerão. E é esta característica que ajudará Grice a lidar com os obstáculos 2-3. Pois o tema destes obstáculos é que as frases improferidas e

novas não correspondem a quaisquer significados efectivos de locutor. Mas é pelo menos argumentável que correspondem aos significados de locutor hipotéticos que seriam gerados pelos procedimentos resultantes abstractos de Grice. O apelo a procedimentos abstractos pode também ajudar a ultrapassar o obstáculo 4: ainda que o significado literal de uma dada frase nunca condiga com qualquer significado efectivo de locutor, pode ainda corresponder a um hipotético significado resultante de locutor.

Contudo, creio que este apelo absolutamente necessário trai o espírito do programa de Grice. Com efeito, cede terreno a uma teoria rival do significado; argumentarei a favor desta ideia no capítulo 9.

Sumário

- Segundo Grice, as expressões linguísticas têm significado apenas porque exprimem ideias ou intenções dos locutores que as usam.
- O “significado do locutor” é, aproximadamente, o que o locutor, ao proferir uma dada frase numa ocasião particular, visa transmitir ao interlocutor.
- Grice oferece uma análise do significado do locutor em termos das intenções, crenças e outros estados psicológicos dos locutores, e aperfeiçoou de maneiras viáveis essa análise à luz de muitas objecções.
- Grice ofereceu também uma análise do próprio significado de uma frase em termos do significado do locutor.
- Essa análise ultrapassa alguns obstáculos sérios, mas aparentemente só o consegue fazer concedendo demasiado a teorias rivais do significado frásico.

Questões

1. Consegue ajudar Grice a evitar um ou mais dos obstáculos 1-4?
2. Consegue pensar em mais obstáculos à teoria do significado do locutor de Grice?
3. Discuta a “primeira fase” de Grice; será bem-sucedido o seu elaborado método de reduzir o significado frásico ao significado do locutor?

Leitura complementar

- Schiffer (1972) é o aperfeiçoamento clássico da perspectiva de Grice. Veja-se também a recensão de Gilbert Harman (1974^a), e Avramides (1989). Trabalhos relacionados do próprio autor estão coligidos em Grice (1989).
- Bennett (1976) é uma valiosa defesa do projecto de Grice por alguém exterior à área. MacKay (1972), Black (1973), Rosenberg (1974: cap. 2) e Biro (1979) criticam Grice.